



INTERNATIONAL CENTRE FOR  
TRADE AND SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



24 de novembro de 2008

Vol. 3 No. 21

<b>NOTÍCIAS MULTILATERAIS</b>	<b>1</b>
Crise financeira global: foco na Rodada Doha	1
G-20 Financeiro: papel central das economias emergentes	3
<b>NOTÍCIAS REGIONAIS</b>	<b>4</b>
China: pacote de investimentos busca conter desaceleração	4
Eleição de Obama é vista com otimismo	5
<b>BREVES MULTILATERAIS</b>	<b>6</b>
Equador questiona dívida com BNDES	6
Lamy sugere compartilhamento de riscos a bancos reunidos na OMC	7
<b>BREVES REGIONAIS</b>	<b>8</b>
Brasil e México debatem possível TLC e temas técnicos do comércio bilateral	8
Brasil cria novo órgão de defesa comercial	9
<b>EVENTOS</b>	<b>10</b>
<b>INFORMAÇÕES ÚTEIS</b>	<b>11</b>

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### Crise financeira global: foco na Rodada Doha

O presidente das negociações agrícolas da OMC, Crawford Falconer, embaixador da Nova Zelândia, alertou os Membros de que um acordo sobre modalidades para subsídios agrícolas e cortes tarifários somente será possível ainda neste ano se houver rápidos sinais de novas flexibilidades.

A reunião ocorrida no final de semana de 15 de novembro em Washington, que congregou as 20 potências econômicas mundiais, deu novo impulso às problemáticas negociações comerciais da Rodada Doha, uma vez que os participantes concordaram em unir esforços para alcançar um acordo até o final de 2008. Mas até onde a retórica será traduzida em movimentos concretos ainda permanece uma incógnita.

Negociadores comerciais esperam que Pascal Lamy convoque uma reunião ministerial em dezembro próximo, com o objetivo de alcançar um acordo sobre fórmulas tarifárias e cortes a subsídios para bens agrícolas e industriais, bem como as exceções para os mesmos. Acredita-se que a reunião deve ocorrer por volta do dia 10 de dezembro, uma vez que qualquer acordo deverá ser formalmente aprovado pelo Conselho Geral da OMC, previsto para os dias 18 e 19 de dezembro. Fontes indicam que um novo esboço de texto sobre agricultura deve ser publicado por Crawford Falconer por volta do dia 28 de novembro, para que os negociadores tenham tempo suficiente para análise.

### Ônus sobre 20 países

Falconer desafiou os negociadores a mostrarem mais flexibilidade em suas posições. Durante reunião informal ocorrida em 17 de novembro, o embaixador neozelandês afirmou sentir que ainda não existe base para a produção de uma versão revisada do texto de julho. A possibilidade de uma reunião ministerial iminente, entretanto, estimulou as negociações de Doha, que pareciam estar à beira de uma paralisação.

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

Delegados afirmaram que a seriedade da situação econômica – a maior crise financeira em oito décadas – e o risco real de uma recessão mundial em 2009 apontam para a necessidade de um acordo de Doha.

### **Cinco questões chave**

Delegados comerciais suspeitam que Falconer esteja esperando sinais de movimentação em cinco setores chave das negociações. Em agosto deste ano, Falconer indicou, em relatório endereçado aos Membros da OMC, quatro dessas cinco questões: (i) o mecanismo de salvaguarda especial (SSM; sigla em inglês); (ii) a criação de quotas tarifárias; (iii) a simplificação tarifária; e (iv) o algodão. O quinto tema surgiu recentemente: “produtos sensíveis”, aqueles que países desenvolvidos (PDs) e em desenvolvimento (PEDs) poderão proteger de cortes tarifários caso expandam suas quotas de importação.

### **Mecanismo de salvaguarda especial permanece sem acordo**

O SSM, mecanismo por meio do qual países em desenvolvimento (PEDs) poderão aumentar temporariamente suas tarifas quando houver incremento repentino no volume de importação ou queda brusca dos preços agrícolas, permanece controverso. PEDs do G-33 insistem no fato de que um SSM eficaz, que proteja famílias pobres, é condição essencial a um acordo de Doha. Por outro lado, países exportadores argumentam que uma medida de salvaguarda não deve interferir no fluxo natural de comércio. O tema é apontado como uma das principais causas do fracasso das negociações de julho. (ver Pontes Diário de Genebra, 30 jul. 2008, <http://ictsd.net/i/wto/portugueseupdates/15629/>).

Desde setembro passado, os Membros discutem diversas opções para solucionar o impasse sobre SSM, como modificações no limite de meses para a aplicação da salvaguarda ou, ainda, uma opção para proibir imposições sucessivas de salvaguarda até que certo período de tempo esgote-se. Fontes relatam, entretanto, que ainda não há consenso.

### **Produtos sensíveis: Japão e Canadá buscam mais flexibilidade**

Japão e Canadá buscam maior flexibilidade nas negociações, em especial no que tange ao número de produtos sensíveis que poderão ser listados. Os Membros geralmente podem classificar 4% de suas linhas tarifárias como “sensíveis”, desde que aumentem proporcionalmente suas quotas tarifárias. Fontes indicam que o Japão tenta obter o direito de designar 2% de linhas tarifárias adicionais. O Canadá

também busca expandir suas flexibilidades para produtos sensíveis – tentativa desaprovada por países exportadores.

### **Criação de quotas tarifárias**

Diversas fontes comerciais concordam que, apesar das demandas iniciais dos exportadores, parece haver um consenso em permitir a criação de um tipo de quota tarifária limitada. Não é certo, entretanto, qual tipo de quota seria esta. Falconer apresentou quatro categorias de produtos para os quais novas quotas poderiam ser criadas. Um delegado sugeriu que o novo texto de Falconer poderia propor uma cifra para o número de linhas tarifárias para as quais as quotas tarifárias poderiam ser criadas.

### **Simplificação tarifária**

O tema simplificação tarifária – conversão de “tarifas específicas”, estabelecidas em um nível preciso, a tarifas *ad valorem*, expressadas como um percentual do valor do produto – tem mostrado-se bastante controverso entre os Membros. Fontes afirmam que alguns países exportadores exploram novas opções, que se distanciam da questão da percentagem de conversão de linhas tarifárias a equivalentes *ad valorem*.

### **Algodão**

Se, por um lado, o esboço de texto sobre algodão reproduz a proposta feita pelo grupo C-4 (quatro produtores africanos de algodão que buscam reduções ambiciosas para os subsídios de PDS), por outro os países ricos ainda não apresentaram propostas alternativas.

### **Futuro**

Crawford Falconer indicou que está disposto a reunir-se com delegados para discutir temas como simplificação tarifária, assim como outras questões-chave relacionadas a apoio doméstico ou competitividade das exportações. O embaixador neozelandês incentivou os Membros a assegurar representação de alto nível, ao advertir que poderia cancelar reuniões se não houver *quorum* suficiente de oficiais das capitais.

Alguns delegados apontam a gravidade da crise econômica como uma das razões pela inesperada reanimação das negociações de Doha; outros sugerem que a eleição de Obama serviu como uma “janela de oportunidade”. É importante ressaltar o papel fundamental de Falconer durante as negociações, uma

vez que o embaixador voltará à Nova Zelândia ao final do ano.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 12, n. 39, 19 nov. 2008.

### **G-20 Financeiro: papel central das economias emergentes**

Conforme esperado, um final de semana não foi suficiente para que os líderes das principais economias mundiais pudessem reformular as regras que governam as finanças globais, diante das ameaças impostas pela crise financeira e pela iminência de um período prolongado de recessão global.

Entretanto, os Chefes de Estado do chamado G-20 financeiro – cujos países respondem pela quase totalidade da produção e do comércio mundial e por significativa parcela populacional – utilizaram a ocasião da primeira reunião de cúpula do grupo para prometer a adoção de medidas monetárias e fiscais para estimular suas economias domésticas, resistir ao protecionismo em matéria de comércio e de investimentos e cooperar com a estabilização do mercado financeiro e com a reforma regulatória.

Os líderes também se empenharam em lutar pela conclusão de um acordo, ainda neste ano, que encerre a Rodada Doha de negociações na OMC, além de expandir o poder de voz dos países em desenvolvimento (PEDs) no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, mais do que uma manifestação de unidade, mais do que a exortação para a manutenção da ajuda ao desenvolvimento ou às instruções específicas sobre reforma regulatória e supervisão financeira, a reunião de 14 e 15 de novembro será lembrada pelo papel central que conferiu aos PEDs na elaboração das futuras reformas financeiras.

Os líderes do G-20 concordaram em reunir-se novamente até o final de abril de 2009, quando o presidente eleito dos EUA, Barack Obama, já terá assumido suas funções. A previsão de uma reunião futura parece demonstrar que o G-20 ocupará um papel maior na coordenação informal da economia mundial, papel ocupado até o momento pelo Grupo das sete economias industriais (G-7, ou G-8, se acrescida a Rússia). Ainda é cedo para afirmar se o G-20 substituirá o G-7/8, afirmam especialistas. Contudo, o grupo maior – incluindo China, Brasil, Índia, Indonésia, México, África do Sul, Coréia do Sul e Turquia – está em ascensão e assume lugar cada vez mais central na governança global.

Os líderes do G-20 comprometeram-se a tomar quaisquer novas ações que sejam necessárias para estabilizar o sistema financeiro. Os bancos centrais de diversos países vêm reduzindo as taxas de juros nas últimas semanas, em uma tentativa de estimular as economias em desaceleração. Os líderes também indicaram o uso de medidas fiscais para estimular a demanda no curto prazo, a exemplo do pacote de investimentos domésticos de US\$586 bilhões, anunciado pela China no início do mês.

Quanto aos problemas enfrentados pelos PEDs, que encontram dificuldade de acesso a linhas de financiamento em meio à crise de crédito global, a declaração de cinco páginas ressaltou a necessidade de assegurar que o FMI, o Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento tenham fundos suficientes para manter os empréstimos durante a crise.

Os líderes ressaltaram a existência de consenso em que os princípios do mercado, dos regimes de comércio e investimentos livres e da regulação efetiva são essenciais para assegurar crescimento econômico, os níveis de emprego e a redução da pobreza. Especial menção deve ser feita ao comprometimento, manifesto pelos líderes, de que os países devem abster-se, nos próximos 12 meses, de criar novas barreiras ao investimento ou ao comércio de bens e serviços, de impor novas restrições às importações ou de implementar medidas de estímulo às exportações contrárias às regras da OMC.

Para Dani Rodrik, professor da Universidade de Harvard, as medidas propostas são modestas. Rodrik resalta que não há a previsão de coordenação para os pacotes de estímulo fiscal dos diferentes países e que as promessas feitas aos países emergentes são vagas. Ele acrescenta, ainda, que embora a proibição ao protecionismo e aos subsídios à exportação sejam claras, não foi prevista a criação de um mecanismo que permita assegurar o cumprimento das promessas feitas.

As promessas do G-20 para a OMC – de lutar para a conclusão de um acordo sobre modalidades até o próximo mês – ecoaram as exortações feitas por vários países, dentre os quais o Brasil. Ainda não é possível saber se haverá mudanças nas posições dos negociadores, o que é um pré-requisito para a conclusão da Rodada de Doha.

O líder das negociações agrícolas da OMC afirmou que os negociadores terão que demonstrar sinais de progresso até o final desta semana para que um acordo em dezembro seja possível. Analistas afirmam não ser possível prever como a crise financeira afetará as negociações comerciais. Afirmou-se, ainda, que a

conclusão da Rodada seria uma importante medida contra-cíclica de combate à crise financeira. Entretanto, a crise também poderia dar ensejo a uma escalada protecionista, recrudescendo o posicionamento dos negociadores, preocupados com a perda de postos de trabalho.

### Ministros de finanças trabalharão em reformas

Os ministros de finanças do G-20 foram encarregados de implementar um “plano de ação” sobre a reforma financeira, cujos termos estão anexos à declaração dos líderes. Os objetivos de tal plano seriam assegurar que a regulação não sirva para exacerbar as oscilações do mercado, mas para melhorar os níveis de transparência e de cooperação entre as autoridades de regulação nacionais, além de aprimorar a supervisão de riscos.

O G-20 enfatizou a importância de expandir a ação do Fórum de Estabilidade Financeira até março de 2009, o que envolve expandir seu rol de membros a um número mais amplo de países emergentes. Os países do G-20 também concordaram em implementar uma reforma vigorosa e equitativa do FMI, de modo a fortalecer o papel desempenhado pela instituição na provisão de aconselhamento quanto a políticas macro-financeiras. Para o G-20, as reformas a serem implementadas no FMI e no Banco Mundial deverão fazer com que tais instituições reflitam mais adequadamente o equilíbrio econômico da economia mundial, o que implica na cessão de maior representação aos PED. Este tema mostrou-se controverso no passado, por representar uma diluição do poder de voto dos países desenvolvidos e, em especial, dos europeus.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, N. 39, 19 nov.08.

---

## NOTÍCIAS REGIONAIS

---

### China: pacote de investimentos busca conter desaceleração

O pacote de investimentos anunciado em 9 de novembro pelo governo chinês trouxe perspectivas otimistas – ainda que efêmeras – à economia mundial. No total de US\$ 586 bilhões, a medida corresponde a 80% dos gastos do governo chinês em 2007.

Com o objetivo de dar sustentação à sua economia em meio à crise financeira, o pacote define como prioritários os investimentos destinados aos setores de

infra-estrutura, habitação e inovação nos próximos dois anos. Além disso, prevê uma redução de US\$ 17,6 bilhões na receita tributária até 2010, devido à reforma do Imposto sobre o Valor Agregado, que entrará em vigor em 2009.

O anúncio do pacote surpreendeu analistas, que esperavam uma decisão econômica do governo chinês apenas em dezembro, quando a cúpula do Partido Comunista reúne-se para discutir a situação econômica do país. A desaceleração observada recentemente na economia da China, entretanto, serviu de incentivo para a antecipação da decisão.

### “Gigante” em desaceleração

A China respondeu por 27% do crescimento da economia mundial no ano passado, segundo estudo publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), intitulado *Panorama da Economia Mundial*. Os efeitos da crise financeira, entretanto, também chegaram ao “gigante” chinês: as exportações desaceleraram; as fábricas tiveram sua rentabilidade reduzida devido à valorização do yuan; os juros aumentaram. O relatório destaca que a economia chinesa cresceu 9% no terceiro trimestre de 2008, indicador inferior àqueles registrados nos últimos cinco anos, superiores a 10%. As projeções para os dois próximos anos variam entre 7 e 8%.

Nesse sentido, o pacote de investimentos é a resposta do governo chinês às pesquisas que apontam para uma retração significativa da atividade industrial no país. A cautela com que o governo chinês avalia o contexto econômico reflete-se na adoção de políticas em relação às quais se mostrava hesitante, como a redução da carga tributária das empresas e o aumento dos recursos à disposição dos bancos para empréstimos. Além disso, o Conselho de Estado da China anunciou a orientação da política monetária para uma maior liberalização, colocando-a a serviço da expansão, do emprego e do mercados.

Ainda que o pacote tenha sido lançado para conter a desaceleração interna, gerou-se uma forte expectativa de que a China compensará parte das perdas mundiais geradas pela recessão nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa. Como ilustração disso, no dia seguinte ao anúncio do pacote chinês de investimentos, as ações asiáticas registraram alta: a Bolsa de Tóquio encerrou suas atividades com alta de 5,81%, e a Bolsa australiana, 1,4%. Além disso, ante a expectativa de novas obras no país – haja vista o foco em infra-estrutura –, as ações de empresas produtoras de aço, ferro e cimento devem aumentar, assim como as cotações de metais e petróleo.

Para o economista do *Daiwa Institute of Research*, de Hong Kong, Kevin Lai, “[e]sse plano é, sob todos os

aspectos, grande demais para ser ignorado”, sinalizando que o pacote chinês pode contribuir para o aumento da demanda por produtos e serviços estrangeiros.

Para outros analistas, apesar do montante da medida do governo chinês – US\$ 586 bilhões –, o estímulo não será suficiente para sustentar um forte ritmo de crescimento se constituir uma iniciativa isolada.

Representantes do governo chinês acreditam que o pacote de investimentos na economia doméstica trará incentivos suficientes aos esforços contra a crise global. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Qin Gang, afirmou que o melhor que a China pode fazer é “manter sua economia sólida para ajudar o desenvolvimento mundial”.

### Impactos para o Brasil

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) mostrou-se reticente quanto aos efeitos positivos do pacote chinês de investimentos. Representantes da AEB avaliam que, para os exportadores brasileiros, os ganhos serão modestos, uma vez que não alterarão substancialmente o volume das exportações e importações que compõem o fluxo comercial bilateral. De acordo com a Associação, a queda observada no preço das *commodities* brasileiras exportadas para a China, como minério de ferro, petróleo, soja e celulose, pode resultar em um déficit de US\$ 4 bilhões em 2009, o dobro do valor registrado em 2008.

Por outro lado, acredita-se que os efeitos domésticos do pacote possam beneficiar, em alguma medida, parceiros comerciais da China. A Suzano Papel e Celulose, uma das empresas brasileiras que tiveram suas exportações afetadas pela redução na demanda chinesa, considerou a iniciativa positiva. Para a empresa, que chegou a cortar sua produção em 30 mil toneladas, se a medida do governo chinês for bem-sucedida no âmbito interno, pode contribuir para o aumento da demanda. “O pacote de estímulo certamente ajudará a economia interna e vamos ser beneficiados. Agora, quanto isso vai afetar os resultados, nos preços e nos estoques, não sabemos”, afirmou o presidente da Suzano Papel e Celulose, Antônio Maciel.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

O Estado de São Paulo. *Pacote chinês vai ampliar demanda por ferro e aço*. (11/11/2008).

Folha de São Paulo. *Dados da inflação e importação apontam desaceleração chinesa*. (12/11/2008).

Folha de São Paulo. Para Lacerda, China compensará recessão nos EUA / mercado aberto. (11/11/2008).

Folha de São Paulo. *Exportador vê pouco ganho ao Brasil com pacote chinês*. (11/11/2008).

Fundo Monetário Internacional. *Panorama Economia Mundial*. (out. 2008). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/02/index.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

Gazeta Mercantil. *O caminho chinês para enfrentar rápido a crise*. (11/11/2008).

Gazeta Mercantil. *Pacote de medidas chinês estimula alta de ações, metais e petróleo*. (11/11/2008).

---

## Eleição de Obama é vista com otimismo

A vitória de Barak Obama poderá trazer mudanças significativas na esfera comercial mundial. A eleição do primeiro presidente de origem africana na história dos Estados Unidos da América (EUA) menos de 50 anos após a queda das últimas barreiras raciais ao voto no país gerou expectativas positivas no âmbito multilateral. Na América Latina, os sentimentos são mistos.

### Otimismo multilateral

Em relação ao papel do novo governo estadunidense no futuro das negociações comerciais da Rodada Doha, o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, mostrou-se otimista ao afirmar que Obama possui uma visão do sistema internacional mais voltada às relações multilaterais. Ban Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas, concorda com Lamy e lembra que, durante sua campanha eleitoral, Obama afirmou a necessidade pela construção de uma “nova era de associação global” e um “novo multilateralismo” – iniciativas positivas para organizações como a OMC e a ONU.

Pascal Lamy acredita ser errôneo considerar Obama e seu Partido Democrata “protecionistas”. Lamy explicou como a administração Obama contribuirá ao fortalecimento de uma política comercial mais liberal em seu país a partir de uma melhor política social. Para ele, o que muda com o Partido Democrata são os planos para a redução da insegurança social. A sensação de insegurança engendrada pelo livre comércio é mais forte nos EUA que em qualquer outro lugar, pois a rede de segurança social é mais “fina” neste país. Se os democratas aplicarem seu programa social, esse trará mais segurança aos americanos e facilitará as negociações comerciais internacionais. Lamy também ressaltou que Obama está mais

preocupado com o futuro dos países em desenvolvimento (PEDs) que seus predecessores.

### Reações mistas na América Latina

O Presidente mexicano, Felipe Calderón, indicou estar preocupado com uma possível volta do protecionismo nos EUA e até mesmo com mudanças no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês). Calderón referiu-se a uma proposta feita por Obama de renegociação dos tratados NAFTA e entre os EUA, a América Central e a República Dominicana (CAFTA-DR). Oscar Arias, Presidente da Costa Rica, espera maiores mudanças para os milhões de agricultores do mundo, os quais necessitam comercializar livremente com o mercado mais poderoso do planeta.

O Presidente Calderón também reconheceu a importância da proposta de Obama referente ao tema de imigração. Tal proposta prevê um processo ordenado de regularização para cerca de 12 milhões de imigrantes ilegais nos EUA. Obama é fortemente apoiado pela comunidade mexicana nos EUA e Calderón espera que a agenda para imigração seja cumprida desta vez.

O Presidente colombiano, Álvaro Uribe, também felicitou o Presidente eleito Barak Obama, mas mostrou-se preocupado com relação à opinião de Obama quanto ao Acordo de Promoção Comercial (ACP) entre seu país e os EUA – o qual a Câmara estadunidense não quis discutir nem votar. Segundo Uribe, seria preferível que a votação ao ACP fosse realizada ainda durante o governo Bush, pois esse último tem mostrado-se bastante comprometido com o tema. O presidente colombiano lembrou que Obama foi contrário ao ACP com a Colômbia e solicitou mudanças importantes para o mesmo, dentre as quais encontram-se questões relativas a padrões de trabalho e ambientais e à eliminação de normas que impedem o acesso a medicamentos.

Por sua vez, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, espera que Obama tenha uma política mais voltada ao desenvolvimento produtivo da América Latina e demonstre uma relação mais forte com a região. Lula também ressaltou a necessidade de conclusão das negociações multilaterais comerciais da Rodada Doha antes que o presidente eleito assumira seu posto, em 20 de janeiro de 2009.

Os Presidentes de Bolívia e Venezuela, Evo Morales e Hugo Chávez, respectivamente – os quais têm mantido relações muito tensas com a atual administração estadunidense –, manifestaram sua esperança pelo restabelecimento e melhora das relações entre seus países e os EUA sob a presidência de Obama.

Enquanto Chávez espera que Obama acabe com a atitude “imperialista” dos EUA, Morales, por sua vez, pretende que o presidente eleito restabeleça as preferências comerciais à Bolívia, eliminadas por Bush.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* Vol V, No. 21, 18 nov. 2008.

## BREVES MULTILATERAIS

### Equador questiona dívida com BNDES

O governo equatoriano anunciou, na última quinta feira, que solicitou a abertura de um procedimento arbitral para evitar o pagamento do empréstimo de US\$243 milhões contraído junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O montante fora concedido para a construção da usina hidrelétrica de San Francisco, desativada após um ano de funcionamento, em razão de problemas técnicos. Há algumas semanas, o presidente do Equador, Rafael Correa, havia decidido expulsar do país a construtora Norberto Odebrecht, responsável pela obra, por supostas irregularidades na condução dos trabalhos (ver artigo publicado em Pontes Quinzenal V. 3, N. 18, [http://www.direitogv.com.br/subportais/publicaçõe/PQ\\_3-18.pdf](http://www.direitogv.com.br/subportais/publicaçõe/PQ_3-18.pdf)). Pretende-se agora tornar efetivas as ameaças de não pagamento esboçadas naquela ocasião, alegando a ilegitimidade da dívida relacionada à obra que qualifica de “defeituosa”.

A arbitragem em questão terá por fundamento a cláusula compromissória constante do contrato de empréstimo firmado entre o BNDES e a empresa equatoriana HidroPastaza, concessionária responsável pela contratação do consórcio composto por Odebrecht e Alstom. A cláusula estabelece a competência dos árbitros da Câmara de Comércio Internacional (CCI) para dirimir as questões legais resultantes da aplicação do contrato.

Dentre os pedidos formulados, encontram-se a anulação do contrato de crédito e a solicitação de medidas liminares que garantam a suspensão dos pagamentos futuros – em 15 de dezembro vence a segunda parcela da dívida, no valor de US\$30,4 milhões. Existe também a solicitação do reconhecimento da nulidade de uma cláusula que estabelece o anatocismo, ou cobrança de juros sobre juros, prática que o Equador alega ser proibida. Jorge Glass, presidente do Fundo de Solidariedade do Equador, instituição responsável pelo setor elétrico no país, afirmou que as irregularidades incluem taxas de juros excessivas e o fato de que o empréstimo

envolveria a aplicação da legislação brasileira em território equatoriano. Apontou também outras irregularidades, como o aumento dos custos da obra para além das quantias originalmente contratadas. O documento entregue à CCI falaria em “indícios de ilegalidade”, “ilegitimidade” e em “más práticas”.

Dentre os principais argumentos avançados pelo Equador, verifica-se o suposto mau uso do mecanismo do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que serviu de garantia à transação. Para o Equador, atesta contra a utilização do mecanismo o fato de que nem todos os bens utilizados na obra foram importados do Brasil – o maquinário teria vindo da Europa e cimento e ferro teriam sido comprados no Equador – embora trate-se de um empréstimo voltado ao financiamento de importação de bens e serviços brasileiros. Supõe-se que o argumento objetiva afastar a aplicação do CCR, que implica a responsabilização solidária de todos os Bancos Centrais da região pelo pagamento da dívida garantida ao BNDES, em caso de inadimplimento. De qualquer modo, caso decida não realizar o pagamento da parcela da dívida que vence em dezembro, o Equador estará em grandes problemas com os mercados financeiros internacionais, uma vez que será considerado tecnicamente inadimplente, ou em “default”.

Crise? Que crise?

A posição oficial sustentada pelo Equador é a de que a situação não envolve crise diplomática entre os dois países, mas apenas questões jurídicas entre o Estado equatoriano e empresas privadas. Embora o Itamaraty tenha decidido não se manifestar antes de ser formalmente notificado pela CCI, pode-se imaginar que uma reação esteja a caminho. O contexto em que a decisão do Presidente Correa foi anunciada delineia um cenário particularmente preocupante, concomitante à apresentação de um relatório sobre a dívida externa do Equador, que aponta “ilegalidades” e “ilegitimidades” em US\$ 3,9 bilhões de sua dívida externa – 40% do total –, recomendando que o país simplesmente deixe de pagar estas somas. Assim sendo, a mensagem é clara: o empréstimo do BNDES poderá ser apenas o primeiro de muitos outros a serem revistos pelo Equador.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

BBC Brasil, *Equador entra com ação para suspender dívida com BNDES* (20/11/08). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=519831](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=519831)>. Acesso em: 21 nov. 08.

El Universo, *Primera acción contra la deuda fue ayer en Paris* (20/11/08). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=519359](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=519359)>. Acesso em: 21 nov. 08.

Folha de São Paulo, *Equador recorre para não pagar BNDES* (21/11/08). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=519510](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=519510)>. Acesso em: 21 nov. 08.

Gazeta Mercantil, *Equador abre arbitragem para não pagar o BNDES* (21/11/08). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=519768](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=519768)>. Acesso em: 21 nov. 08.

La Nación, *Ecuador, cerca del cese unilateral de pagos* (21/11/08). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=519639](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=519639)>. Acesso em: 21 nov. 08.

O Estado de São Paulo, *Quito quer suspender dívida com BNDES* (21/11/08). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=519719](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=519719)>. Acesso em: 21 nov. 08.

Valor Econômico, *Equador questiona dívida de US\$ 243 mi com o Brasil* (21/11/08). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=519462](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=519462)>. Acesso em: 21 nov. 08.

---

### **Lamy sugere compartilhamento de riscos a bancos reunidos na OMC**

Como resposta aos impactos negativos da escassez de crédito para o comércio, o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, recomendou o compartilhamento dos riscos dos empréstimos entre os bancos reunidos em Genebra, no último dia 12. A convocação da reunião havia sido solicitada pelo Brasil em outubro (Ver Pontes Quinzenal Vol. 3, No. 18, disponível em: <[http://www.direitogv.com.br/subportais/publica%20C3%A7%20B5e/PQ\\_3-18.pdf](http://www.direitogv.com.br/subportais/publica%20C3%A7%20B5e/PQ_3-18.pdf)>).

Os representantes dos cerca de 30 bancos privados e regionais de desenvolvimento convidados discutiram propostas de como lidar com a falta de liquidez para o financiamento do comércio internacional. Entre as instituições presentes, destacam-se delegados do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial

(BM), Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Islâmico de Desenvolvimento. Dos bancos privados, algumas das maiores instituições do mundo também estavam presentes, como JP Morgan, Citigroup, HSBC, Royal Bank of Scotland e Commerzbank.

Em seu discurso, Lamy estimou em US\$ 25 bilhões o déficit de liquidez para o financiamento do comércio internacional e traçou perspectivas negativas ao afirmar que a tendência de deterioração do mercado de crédito para as exportações verificada nos últimos meses deve continuar. Com isso, as exportações sofrerão desaceleração ainda maior, o que pode produzir o que o Diretor-Geral chamou de “espiral para baixo”.

Lamy destacou que o montante do déficit, apesar de significativo, representa uma parcela relativamente pequena em relação ao que tem sido injetado nos mercados financeiros nos últimos meses. Além disso, acrescentou o Diretor, os bancos privados não teriam maiores dificuldades em preencher a falta de crédito se pudessem contar com o auxílio das agências governamentais, desde que os programas de estímulo fossem respaldados pelos governos dos Estados Membros.

Armando Mariante, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), único banco nacional presente ao encontro, corroborou o desenho negativo do atual cenário do comércio internacional traçado por Lamy. Os dados relativos ao Brasil mostram que o crédito ao comércio exterior caiu 20% em outubro em relação à média do ano e que os custos aumentaram entre 100 e 150 pontos para os exportadores. Mariante concluiu que a dependência do comércio em relação aos créditos de curto prazo é maior do que se poderia supor.

A proposta lançada pelas autoridades da OMC de que os riscos sejam compartilhados entre entidades privadas e os bancos governamentais e intergovernamentais foi recebida com simpatia pelas instituições financeiras presentes. Lamy citou, como iniciativas exemplares, o esforço do Banco Mundial em triplicar os financiamentos comerciais, bem como os estímulos dos governos da Alemanha, Hong Kong e Japão por meio das agências oficiais de fomento às exportações e importações, que aumentaram em um terço suas atividades no último ano.

O Diretor-Geral encerrou seu discurso reiterando o apelo para que os Membros retomem os esforços para a conclusão da Rodada Doha, passo essencial para retomada da confiança nos mercados. Segundo Lamy, o combate à recessão e a retomada do crescimento

econômico devem ser baseadas na economia produtiva, a que chamou “economia real”, deixando o alerta como mensagem para o encontro do G-20, realizado em Washington alguns dias depois.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Organização Mundial do Comércio. *Lamy warns trade finance situation “deteriorating”*. (12/11/2008). Disponível em: <[http://www.wto.org/english/news\\_e/news08\\_e/gc\\_dg\\_stat\\_12nov08\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/news08_e/gc_dg_stat_12nov08_e.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2008.

BBC Brasil. Escassez de crédito para mercado exportador é de US\$ 25 bi, diz OMC. (13/11/2008). Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081112\\_omcfinanciamento\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081112_omcfinanciamento_ac.shtml)>. Acesso em: 19 nov. 2008.

## BREVES REGIONAIS

### Brasil e México debatem possível TLC e temas técnicos do comércio bilateral

Sob a coordenação do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústrias e Comércio Exterior (MDIC), Ivan Ramalho, representantes do setor público e privado de Brasil e México realizaram a IV Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio.

Após meses de relutância, o governo mexicano aceitou realizar o encontro, que ocorreu em 12 de novembro, na Cidade do México. A posição reticente do país relacionava-se diretamente ao interesse brasileiro de reduzir a zero as tarifas de importação entre México e Mercosul – um dos temas da reunião –, temendo a competitividade da agroindústria dos países do bloco.

As foco das discussões pautaram-se na possibilidade de um tratado de livre comércio (TLC) entre os dois países e em temas técnicos relacionados ao comércio bilateral. Dentre estes, tiveram destaque a nomenclatura das exportações mexicanas ao Brasil e o preenchimento do certificado de origem para veículos. A delegação brasileira ainda buscou ampliar a lista de produtos constantes do Acordo de Complementação Econômica n.º 53 (ACE 53, disponível em: <<http://desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=463&refr=405>>), que hoje lista 800 produtos com preferências tarifárias na comercialização bilateral.

"O Brasil quer aprofundar os acordos comerciais com o México, e já ofereceu mais de uma alternativa", disse Ivan Ramalho. Como alternativa à negociação do TLC, a delegação brasileira sugeriu um acordo que reduz à metade as tarifas de todos os produtos comercializados entre os dois países, à exceção daqueles que já possuem tarifa reduzida, os quais teriam corte mínimo de 20%. Outra alternativa – menos ambiciosa – é estender a outros setores o acordo já assinado para o setor automotivo, responsável pela liberação gradual do comércio bilateral. Esta proposta foi particularmente apoiada por representantes do setor têxtil que compareceram à Reunião.

De acordo com o MDIC, aproximadamente 40 categorias de produtos brasileiros poderiam ocupar espaço maior no mercado mexicano. O México, por sua vez, teria cerca de 30 tipos de produtos com potencial para ingressar no Brasil, como carne, couro, pele, ração animal, frutas, pescados, pimenta, bebidas não-alcólicas, eletro-eletrônicos e artigos plásticos.

### Histórico do comércio bilateral

As exportações brasileiras ao México aumentaram 3,7% entre janeiro e outubro de 2008, totalizando US\$ 3,604 bilhões. Apesar disso, os indicadores de crescimento têm sofrido reduções sucessivas. As importações de produtos mexicanos pelo Brasil, por sua vez, cresceram 60,2%, passando de US\$ 1,631 bilhão para US\$ 2,614 bilhões. Isso ocorreu, em grande parte, porque as importações de peças de automóveis e celulares registraram aumento nas vendas em mais de 1.000%. Com isso, embora a balança comercial ainda seja superavitária para o Brasil em US\$ 991 milhões, o saldo foi reduzido quase à metade em relação a meses anteriores.

O México já assinou dois acordos de redução tarifária com o Mercosul. O primeiro, restrito ao setor automotivo, previa a liberalização gradual do comércio bilateral. Graças a esse acordo, automóveis, partes e peças automotivas constituem o principal produto comercializado entre os dois países. O outro acordo, mais restrito, estabelece a redução tarifária para quase mil categorias distintas de produtos, segundo o padrão brasileiro de classificação.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Acordo de Complementação Econômica No. 53. Disponível em: <<http://desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=463&refr=405>>. Acesso em: 21 nov. 2008

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Brasil e México discutem comércio bilateral*. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1&noticia=8683>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

Valor Econômico. Brasil busca acordo comercial com México. (11/11/2008).

---

### Brasil cria novo órgão de defesa comercial

O governo brasileiro acaba de incrementar seu sistema doméstico de defesa comercial com a criação da Coordenação Geral de Defesa da Indústria (CGDI), lançada no último dia 14 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A Coordenação deve funcionar como interlocutora entre o setor industrial e os mecanismos de defesa comercial.

Dentre as repercussões comerciais da crise financeira mundial, o desvio no fluxo do comércio mundial tem preocupado parte da indústria e do governo brasileiro no que tange ao possível aumento de práticas desleais de comércio (Ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 3, No. 18, disponível em:

<[http://www.direitogv.com.br/subportais/publicaçõe/PQ\\_3-18.pdf](http://www.direitogv.com.br/subportais/publicaçõe/PQ_3-18.pdf)>). Isso porque as importações antes absorvidas primordialmente pelos Estados Unidos da América (EUA) – em especial de produtos chineses – tendem a ser redirecionadas para países emergentes, como o Brasil.

O governo e o setor privado refutam os questionamentos de que a medida consistiria um surto protecionista por parte do Brasil. Nas palavras do Secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, aumentar o protecionismo em meio à crise não seria vantajoso para o país, mas tampouco é aceitável aumentar a concorrência desleal no atual contexto, já delicado para a indústria nacional.

Barral explica, ainda, que a CGDI já consta do planejamento estratégico do MDIC há algum tempo e que sua implementação foi antecipada em virtude do agravamento da crise financeira mundial. Em circunstâncias como as atuais, a tendência é que aumentem distorções como subfaturamento, sonegação fiscal e pirataria.

Com isso, multiplica a procura das empresas pelos mecanismos internos de defesa comercial. Muitos dos pedidos encaminhados ao governo, entretanto, estavam fora das atribuições do departamento que os recebia. A Diretora do Departamento de Defesa Comercial (Decom), Miriam Barroca, ressaltou a

criação da CGDI surgiu a partir da constatação de que os empresários confundiam-se sobre a que órgão recorrer. Era necessário, por exemplo, aprimorar o diálogo entre entidades do governo, como a Receita Federal e o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). A CGDI fará a triagem das reclamações, após a qual encaminhará o caso ao órgão responsável.

O aumento das queixas sobre práticas desleais não se restringe ao âmbito interno. Segundo Barroca, a demanda por investigações de defesa comercial perante a OMC também cresceu significativamente desde o início da crise.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *MDIC lança Coordenação de Defesa da Indústria nesta sexta-feira na Fiesp.* (13/11/2008). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5&noticia=8691>>. Acesso em: 18 nov. 2008.

Instituto Nacional da Propriedade Intelectual. Com a crise, empresas recorrem a novas medidas. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/menu-superior/imprensa/clipping/outubro-2008/28-10-2008?portal\\_status\\_message=Changes%20saved](http://www.inpi.gov.br/menu-superior/imprensa/clipping/outubro-2008/28-10-2008?portal_status_message=Changes%20saved)>. Acesso em: 18 nov. 2008.

Newscomex. *De olho nas importações, ministério cria sistema de defesa da indústria.* (13/11/2008). Disponível em: <[http://www.newscomex.com.br/br/mostra\\_noticia.php?codigo=12874](http://www.newscomex.com.br/br/mostra_noticia.php?codigo=12874)>. Acesso em: 13 nov. 2008.

## EVENTOS

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:  
<[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)>

26 de novembro  
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulação Doméstica

27-28 de novembro  
Reunião do Comitê sobre Tratados Regionais de Comércio

01 de dezembro  
Reunião do Comitê sobre Comércio de Serviços Financeiros

02 de dezembro  
Reunião do Grupo de Trabalho sobre regras do GATT

03 de dezembro  
Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

04 de dezembro  
Reunião do Comitê sobre Agricultura

#### ONU

01-12 de dezembro  
XIV Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

Poznan, Polônia

#### UNCTAD

Informações:  
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intltemID=2068>>

24-26 de novembro  
Fórum Inter-governamental sobre Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável  
Genebra, Suíça

24-27 de novembro  
Fórum *Tecnologia da Comunicação e Informação para todos: Broadband, indústria do conteúdo para o desenvolvimento*  
Hammamet, Tunísia

28 de novembro  
Curso rápido de treinamento sobre questões-chave da agenda econômica internacional: *Tratando da crise alimentar mundial por meio de estratégias de comércio e desenvolvimento*  
Genebra, Suíça

02 de dezembro

Reunião entre o Secretário-Geral da UNCTAD e diversos *stakeholders* sobre algodão  
Genebra, Suíça

## Fóruns Regionais

### Mercosul

Informações:  
<<http://www.mercosul.gov.br/calendario-1>>

25 de novembro  
Reunião do Grupo Consultivo Mercosul - Cingapura  
Brasília, Brasil

25-28 de novembro  
XX Reunião do Grupo Ad Hoc para a Redação do Código Aduaneiro do Mercosul  
Brasília, Brasil

26 de novembro  
Reunião do Grupo Ad Hoc sobre Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul  
Brasília, Brasil

27-28 de novembro  
LXXIV Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum  
Brasília, Brasil

01-05 de dezembro  
Reunião do Comitê Técnico nº 1 sobre Nomenclatura  
Brasília, Brasil

02-03 de dezembro  
IV Reunião Ordinária do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul  
Rio de Janeiro, Brasil

02-04 de dezembro  
Reunião do Grupo de Serviços  
Brasília, Brasil

03-04 de dezembro  
Reunião do Comitê de Coordenadores Regionais  
São Paulo, Brasil

05 de dezembro  
Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 9 sobre Energia  
Brasília, Brasil

08-09 de dezembro  
Reunião do Grupo Ad Hoc sobre Biocombustíveis do Mercosul  
Rio de Janeiro, Brasil

### CEPAL

Informações:  
<<http://www.cepal.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=11&agno=2008>>

Local: Santiago, Chile

26 de novembro  
Seminário Avanços na proposta metodológica para melhorar a mensuração do gasto social

01 de dezembro  
Seminário Situação e Perspectiva para o Desenvolvimento da Geotermia na América Latina e Caribe

### OCDE

Informações:  
<[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_34487\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html)>

29 de novembro a 02 de dezembro  
Conferência de Revisão de Doha sobre Financiamento para o Desenvolvimento  
Doha, Catar

02-03 de dezembro  
Mesa Redonda sobre Governança Corporativa na América Latina  
Cidade do México, México

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### Costa do Sauípe sediará Cúpula da América Latina e Caribe

A primeira Cúpula da América Latina, México e Caribe, sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) ocorrerá na Costa do Sauípe, Bahia, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008. A cúpula reunirá 33 chefes de Estado, que terão a oportunidade de discutir integração, com foco no desenvolvimento, aprofundar e potencializar interesses comuns, além de tornar eficazes as relações multilaterais dessas regiões. Para mais informações, ver <[http://www.imprensa.planalto.gov.br/exec/inf\\_detalheh.ora.cfm?cod=40964](http://www.imprensa.planalto.gov.br/exec/inf_detalheh.ora.cfm?cod=40964)>.

### **IRI-USP promove palestra sobre eleições presidenciais nos EUA**

O Instituto de Relações internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) promoverá, em 27 de novembro, o seminário “As eleições nos Estados Unidos e a vitória de Barack Obama”, que será proferido pelo jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva. O palestrante é mestre em Comunicação pela Michigan State University e doutor e livre-docente pela USP. Atualmente, é *ombudsman* da Folha de São Paulo. O evento ocorrerá às 17h30, na Sala de Congregação da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA-USP), localizada à Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 - Cidade Universitária.

### **CINDES organiza workshop sobre desenvolvimento sustentável**

O Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) realizará o Workshop “Temas de desenvolvimento sustentável nas agendas de comércio dos países sul-americanos”. O evento ocorrerá em 4 de dezembro, das 14h30 às 18h30, na sede da Confederação Nacional da Indústria no Rio de Janeiro, localizada à Rua Mariz e Barros n° 678, 2° andar, Maracanã. Os interessados em participar devem confirmar presença com Bruno Magalhães, por telefone (21-3874-6338) ou e-mail (<cindes@cindesbrasil.org>). Para mais informações, ver: <<http://www.cindesbrasil.org>>.

### **Berlim terá workshops sobre governança urbana**

A décima edição do evento “Mesas-redondas sobre Transnacionalismo de Berlim” (*Berlin Roundtables on Transnationality*) ocorrerá entre 18 a 23 de março de 2009 e terá como tema “Governança urbana: inovação, insegurança e o poder da religião”. Os interessados em participar devem enviar seus *papers* até 15 de dezembro de 2008. Os três melhores trabalhos receberão o prêmio Irmgard Coninx, oferecido, em conjunto, por: Fundação Irmgard Coninx, Centro de Pesquisa de Ciências Sociais de Berlim (WZB, sigla em alemão) e Universidade Humboldt de Berlim. Os autores dos 50 melhores trabalhos serão convidados para participar do workshop, no qual debaterão seus estudos em uma das mesas coordenadas pelos seguintes professores: Harald A. Mieg (Departamento de Geografia da Universidade Humboldt de Berlim); Gunnar Folke Schuppert (Departamento de Direito, WZB) e José Casanova (Departamento de Sociologia, Universidade de Georgetown). Os custos referentes à viagem e acomodação serão cobertos pela Fundação Irmgard Coninx. Para mais informações, entrar em contato via e-mail (<[info@irmgard-coninx-stiftung.de](mailto:info@irmgard-coninx-stiftung.de)>) ou acessar o site: <[www.irmgard-coninx-stiftung.de](http://www.irmgard-coninx-stiftung.de)>.

### **ICTSD publica documento sobre as implicações do esboço de texto sobre modalidades agrícolas de julho de 2008 para o Brasil**

O *paper* intitulado “Implications for Brazil of the July 2008 Draft Agricultural Modalities”, produzido em parceria pelo ICTSD, IPC e IFPRI explora as implicações do texto sobre modalidades agrícolas apresentado pelo presidente das negociações agrícolas da OMC, Crawford Falconer, em julho de 2008. O documento faz uma análise de como as políticas domésticas e de exportação brasileiras serão afetadas por um possível acordo de Doha em agricultura. Tal estudo é parte de uma série de documentos que analisam como os esboços de texto sobre modalidades poderiam impactar uma dos Membros da OMC. Este documento encontra-se disponível em: <<http://ictsd.net/i/publications/33784/>>.

### **Cursos de alemão de férias**

As instituições de ensino superior da Alemanha estão oferecendo cursos do idioma alemão e cursos temáticos específicos ou interdisciplinares em praticamente todas as áreas de conhecimento. Quanto aos cursos de idioma, estes se estendem do nível básico ao avançado; os temáticos são oferecidos a graduandos e pós-graduandos. O Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD, sigla em alemão) oferece bolsas para brasileiros para o curso de inverno “Língua e Cultura Alemãs”, mas a seleção para 2009 já está encerrada. O edital referente a 2010 será publicado em maio de 2009. Para mais informações, ver: <<http://www.summerschools-in-germany.de>>.

### **Chamada para artigos em Ciência Política**

A Revista Política da Universidade do Chile abriu chamada para artigos para integra o dossiê “Direito, Justiça e Política”. Os trabalhos devem ser de um dos seguintes eixos temáticos: experiências de reforma judicial, surgimento de novos direitos, transformações nas carreiras profissionais, ativismo jurídico e processos de transnacionalização da *expertise* jurídica. Serão privilegiados estudos de caso no processo de seleção. A data limite de entrega das propostas de trabalho é 1º de janeiro de 2009, e o dossiê será publicado em 30 de junho de 2009. Para mais informações, ver: <[www.inap.uchile.cl/cienciapolitica/revista.html](http://www.inap.uchile.cl/cienciapolitica/revista.html)>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:  
<http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*

